

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Setor em baixa reduz demanda por energia.....	2
Título: Appian amplia exportação de níquel de operação na BA.....	3
Título: Braskem prevê mais um ou dois anos de ciclo de baixa.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: » Palpite.	7
VEÍCULO: O Globo	7
Título: Poucas boas novas no mar da crise	7
Título: Gasolina turbinada no Brasil.....	9
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	9
Título: Usinas esperam por justiça	9

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/06/2020****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Setor em baixa reduz demanda por energia**

A retração da atividade industrial tem puxado para baixo o consumo de energia elétrica, no país, durante o período da pandemia da covid-19. Em abril, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a demanda das residências, impulsionada pelas medidas de isolamento social, ultrapassou o patamar do segmento industrial, que sentiu a crise em praticamente todos os setores eletrointensivos. Especialistas destacam que a demanda das indústrias se manteve baixa em maio, mas que os números começarão a dar sinais de recuperação a partir de junho, conforme a economia volte a se abrir. A velocidade da retomada, porém, ainda é incerta.

Ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reportou uma queda de 18,8% na produção da indústria nacional em abril, ante março, na série com ajuste sazonal da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF). O resultado não tem precedentes: é o pior da série histórica, iniciada em 2002. Frente a abril de 2019, a retração foi de 27,2%.

Esse recuo do setor industrial se refletiu diretamente no consumo de energia elétrica, que caiu 6,6% em abril, na comparação com igual mês do ano passado, puxado, sobretudo, pelo setor secundário - responsável por um terço da energia consumida no país. Segundo a EPE, a demanda industrial recuou 12,4% ante abril de 2019, e 13,5% frente a março, de forma generalizada entre os segmentos mais eletrointensivos. O destaque foi o setor automotivo, que caiu 47,3% na comparação anual, seguido dos segmentos têxtil (-28,5%), produtos metálicos (-24,9%), borracha e material plástico (-17,5%), produtos minerais não metálicos (-16,3%). O único destaque positivo foi o setor extrativo de minerais metálicos (+1,7%).

O professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, destaca que a demanda por energia, como um todo, atingiu o fundo do poço em abril e manteve-se estável nas primeiras semanas de maio, segundo dados da carga do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). “A medida que a economia vai abrindo, o consumo vai subir, mas essa abertura vai ser gradual. Houve perda de renda das famílias e existe muita capacidade ociosa nas indústrias, o que deve retardar investimentos. Acredito que a rampa vai ter uma inclinação muito suave”, comentou.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a velocidade da retomada dependerá diretamente do ritmo de flexibilização das medidas de isolamento social. Ele afirma que a partir de junho a expectativa é que haja uma abertura gradual da economia, mas que um recrudescimento das taxas de contágio não é “um cenário de todo impossível”.

“Daqui para frente o que se pode esperar é uma leve retomada no consumo de energia nas indústrias e na economia de uma forma geral, mas qual será o comportamento da curva de recuperação? Isso ainda é incerto”, opinou.

O presidente da comercializadora Tradener, Walfrido Ávila, destaca que a média semanal de consumo de energia, no país, está abaixo do patamar de oito anos atrás. O executivo não acredita que será possível recuperar a perda da demanda este ano e, provavelmente, nem em 2021. “Uma recuperação desse tamanho não é assim, rápida”, afirmou.

Já o diretor-executivo da Safira Energia, Mikio Kawai Junior, disse que a primeira quinzena de abril foi o pior momento para as indústrias, mas que a situação foi “menos ruim” em maio. O executivo destaca que, mesmo com a crise, os casos de inadimplência ficaram abaixo do esperado - de 4% a 5% dos clientes. “É claro que ninguém quer esse tipo de número, mas faz parte do contexto”, afirma Mikio, que aposta na expansão do mercado livre, diante da queda dos preços da energia de curto prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Appian amplia exportação de níquel de operação na BA

A Atlantics Nickel, pertencente ao fundo de investimentos em mineração Appian, produziu no primeiro trimestre 30 mil toneladas de concentrado de níquel. A mineradora começou a operar no início deste ano e a expectativa é que até o fim de 2020 sejam produzidas de 80 mil a 100 mil toneladas. A mineradora fica em Itagibá (BA) e usa o porto de Ilhéus para embarques.

O presidente do fundo, Paulo Castellari, disse que para a terceira semana de junho está programado o quarto embarque de concentrado de níquel produzido pela mineradora. Serão exportados, segundo ele, de 7 mil a 11 mil toneladas. “Conseguimos diversificar a nossa carteira com quatro clientes que enviam a nossa produção para a Ásia e Europa. São contratos de curto, médio e longo prazos, que podem chegar até cinco anos”, afirmou.

O executivo informou que um dos acordos foi fechado com uma trading de commodities. “Com isso, cerca de 70% do nosso produto acaba indo de uma forma de outra para a Ásia. É relativamente fácil entrar no mercado com o nosso produto porque a demanda está crescente”, afirmou.

Castellari não informou os dados financeiros do empreendimento no primeiro trimestre. Ele disse que mesmo com a queda de preços do níquel no mercado internacional, a companhia conseguiu manter a operação rentável.

No início do ano, o mineral era cotado a US\$ 14 mil a tonelada. Com a pandemia e as medidas de contenção da transmissão do novo coronavírus, os preços do metal caíram para cerca de US\$ 12 mil a tonelada. “Mesmo com essa queda, estamos bem posicionado na curva de custos, melhor do que esperávamos. Isso por causa da variação cambial do período.”

Durante o primeiro trimestre, a companhia concluiu os estudos de capacidade da mina na Bahia. O levantamento mostrou que a mina tem depósito de 230 milhões de toneladas de concentrado de níquel. Isso confere ao projeto uma vida útil de 25 anos. Antes das pesquisas, a capacidade do empreendimento era de 60 milhões de toneladas e oito anos de exploração.

“E agora o que temos comprovado é que esse ativo tem vida garantida de oito anos a céu aberto e 25 anos subterrâneo, com teores até melhores. Implementamos uma nova estratégia operacional que está gerando redução de custos e com isso conseguimos entregar o que foi contratado. O nosso plano original era começar operação no dia 30 de março, fizemos o primeiro embarque nos primeiros dias de 2020.”, afirmou Castellari.

Para o próximo ano, a expectativa da empresa é exportar entre 100 mil toneladas a 130 mil toneladas de níquel. Essa produção, segundo o executivo, chega na capacidade nominal da mina de Itagibá. “O investimento que a Appian fez na Atlantics em 2018 e 2019 foi praticamente para colocar o negócio para rodar. Agora, estamos na fase de produzir, vender e gerar caixa. Os aportes que faremos agora é para manutenção da mina, por isso, não teremos que investir mais para ampliar a capacidade nominal do empreendimento”, afirmou.

Castellari acrescentou que, quando o Appian comprou a mina da antiga Mirabela, o local já havia recebido investimentos de R\$ 1 bilhão para construir toda a infraestrutura. “Já entramos com toda infraestrutura na mina, isso nos deu um ganho enorme no tempo de operação.”

Além da Atlantics, o Appian tem no Brasil mais um empreendimento em Alagoas, mas esse de cobre. A Mineração Vale Verde, segundo Castellari, está em fase de obras civis e tem a operação prevista para o segundo semestre de

2021. “Estamos com 60% das obras prontas e fizemos um investimento de US\$ 240 milhões. Nessa mina teremos capacidade de produção de 20 mil toneladas de concentrado de cobre por mês, o que confere ao empreendimento 12 anos de vida útil.”

Castellari disse que o fundo está prospectando quatro empreendimentos no país, sendo de ouro, níquel, cobre, terras raras e lítio. “A nossa expectativa é trazer algum desses ativos para nossa carteira dentro deste ano. Temos os elementos para isso que são liquidez e vontade dos acionistas. A meta é fazer a Appian Brasil crescer.” Atualmente, o fundo conta com 12 ativos em carteira em todo mundo e US\$ 700 milhões disponíveis para investimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem prevê mais um ou dois anos de ciclo de baixa

Embora a desvalorização do petróleo e a queda da demanda decorrente da pandemia de covid-19 no mundo tenham favorecido os spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) de resinas termoplásticas no curto prazo, o ciclo de baixa da petroquímica global deve perdurar por mais um ou dois anos, especialmente no polietileno (PE), na avaliação da Braskem. No Brasil, especificamente, a crise derrubou o consumo de resinas em abril e deve levar a um encolhimento do mercado entre 5% e 6% em 2020.

“Vemos que os spreads têm se mantido em nível muito bom, melhor do que o esperado no início do ano, apesar da recuperação dos preços do petróleo e da reapreciação do real”, afirmou o vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da companhia, Pedro Freitas, em teleconferência com analistas para comentar os resultados do primeiro trimestre. “Mas como temos dito, estruturalmente ainda estamos em um cenário de sobreoferta, especialmente de polietileno”, acrescentou.

Em maio, os spreads do PE no mercado brasileiro estavam 59% acima do previsto inicialmente, de acordo com a apresentação da Braskem. Conforme o executivo, o retorno do petróleo ao nível de US\$ 40 o barril e a desvalorização recente do dólar não devem provocar crescimento nas importações de resinas, uma vez que, neste nível de preço do óleo, o produto brasileiro ainda é competitivo. “Podemos lidar com o petróleo a US\$ 40 o barril”, disse.

Por outro lado, o avanço da covid-19 no Brasil teve forte impacto na demanda doméstica de resinas em abril, com queda de 20% em relação ao consumo em um trimestre considerado normal. Em maio, houve ligeira recuperação, ao contrário da expectativa de que o desempenho seria pior do que o mês anterior. Diante disso, a Braskem projeta agora queda de 5% a 6% na demanda brasileira de resinas em 2020, frente à projeção inicial de alta de 2% a 3%.

Segundo Freitas, a Braskem tem hoje uma forte posição de liquidez e, embora a alavancagem financeira tenha subido no primeiro trimestre, a 5,8 vezes pela relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recorrente em dólar, o perfil do endividamento é confortável. “Mais de 40% da dívida tem vencimento acima de dez anos”, comentou. Ainda assim, a petroquímica adotou uma série de medidas para preservar liquidez e reforçar o caixa frente à crise em curso, entre as quais a redução do investimento previsto para 2020 para US\$ 600 milhões e o saque de uma linha de crédito rotativo em abril, no valor de US\$ 1 bilhão - elevando a US\$ 3 bilhões as disponibilidades da companhia.

Questionado sobre a possibilidade de corte da nota de crédito da Braskem, o executivo disse que as agências de rating indicaram que iriam esperar 12 meses, contados a partir de novembro, quando a perspectiva da nota foi alterada para negativa pela S&P e a Fitch, para então tomar alguma ação. A expectativa, segundo ele, é a de que a alavancagem financeira caia até o fim do ano, mas não há meta estabelecida. A política financeira da petroquímica estabelece como limite 2,5 vezes.

Freitas afirmou ainda que a controladora Odebrecht e a Petrobras, segunda maior acionista da Braskem, ainda não comunicaram a companhia sobre uma eventual intenção de migração para o Novo Mercado. Mas, caso essa seja a decisão, o processo seria relativamente rápido. “Sabemos publicamente que há um interesse da Petrobras de levar a Braskem para o Novo Mercado, mas a companhia não foi notificada”, comentou, acrescentando que seriam necessários cerca de seis meses para executar o procedimento, uma vez que a Braskem já adotou boa parte dos padrões desse nível de governança da B3.

Em relação à negociação de um novo contrato de longo prazo de nafta com a Petrobras, o executivo confirmou que as conversas já estão em curso e que, diante da previsão de venda de refinarias da estatal, haverá a assinatura de diferentes acordos, individualizando as refinarias. “Ainda não temos um modelo final, mas o contrato será aberto em mais de uma refinaria”, afirmou. O **Valor**

informou há duas semanas que as negociações já estão na etapa final e os termos devem ser divulgados em breve.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/06/2020

Seção: Colunas

Autor: ALINE BRONZATI, TALITA NASCIMENTO E ANNEWARTH

Título: » Palpite.

Coluna do Broadcast

A proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para regulamentar o empréstimo bilionário para o setor elétrico recebeu sugestões de 82 instituições, entre empresas, consultorias, associações, órgãos de defesa e conselhos de consumidores. Algumas delas fizeram mais de uma proposta, de forma que o órgão regulador terá de analisar 404 contribuições.

» Bom, pero... O número chama atenção, considerando que foram apenas seis dias de consulta pública, sendo que as contribuições foram enviadas só por formulário eletrônico, em meio à pandemia.

» Corrida. A relatora do caso, diretora Elisa Bastos Silva, pretende avaliar as sugestões e trazer uma proposta final para deliberação da Aneel o mais rapidamente possível. Uma coisa é certa: não será na próxima reunião da diretoria, marcada para a próxima terça-feira. Não está descartada, porém, a convocação de reunião extraordinária para a próxima semana.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/06/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Poucas boas novas no mar da crise

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

A energia solar ultrapassou a soma da potência instalada das usinas nuclear e a carvão. As indústrias farmacêuticas e de alimentos conseguiram se manter em abril e fechar o mês com produção maior do que março. O dólar, que estava em R\$ 5,93 em 14 de maio, chegou ontem a R\$ 5,05, queda de 14,8% pela taxa Ptax. É possível encontrar algumas boas novas, mas o avanço do coronavírus continua matando brasileiros, os prefeitos e governadores começam a liberar atividades, alguns com mais cautela, outros de forma impensada, e os infectologistas avisam que ainda é cedo demais.

No mar da nossa crise não há apenas o coronavírus. O governo em si é um problema. Diariamente o presidente cria um estresse com alguém ou alguma instituição. Se fossem só implicâncias, seria possível tolerar, ainda que o normal seria que o executivo fizesse seu papel de coordenar o país para a superação da pandemia. O governo Bolsonaro falhou flagrantemente. Além disso, trouxe de volta para a vida nacional fantasmas exorcizados há décadas. O país se pôs a discutir o significado de um artigo da Constituição, promulgada há 32 anos. O Ministério da Defesa soltou notas sequenciais para dizer que as Forças Armadas são democráticas. Brasileiros se juntam em manifestos pelo Estado de Direito. Como se fosse pouco o nosso padecimento, o governo Bolsonaro levanta o espectro do autoritarismo.

Na economia, ontem foi um dia de comemorações. Há uma interpretação de que o retorno das atividades na Europa está ocorrendo de forma mais rápida do que o imaginado. Ontem, em um seminário online da Febraban, o ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn, presidente do conselho do Credit Suisse, explicou o clima positivo no mercado como resultado de eventos externos. “Em vários dos países observamos quedas dos casos, contágio e óbitos”. Esclareceu, contudo, que não subscrevia totalmente esse otimismo.

— Estamos no Brasil, não saímos ainda.

Não debelamos o aumento dos casos. Tem planos de retorno, mas não fizemos o dever de casa. Estamos pagando o custo de sustentar esse período difícil. E isso num país com dívida alta e espaço fiscal pequeno — disse Ilan, lembrando que também não houve melhora aqui nos “conflitos institucionais”.

Para Ilan, quem decide a recuperação da economia é o vírus, e a capacidade do Brasil de debelar esse vírus mortal:

— É isso que vai permitir sair com tranquilidade para consumir, passear, e o produtor voltar a produzir.

A produção industrial de abril teve um tombo de 18,8% em relação a março, a pior queda em 18 anos, no início da série. Foi até considerado positivo, por incrível que pareça. Primeiro, porque havia uma dispersão enorme de previsões, todas piores, que iam de 20% a 45%. A queda foi menor do que a mediana das projeções, que estava em 32%. Segundo, porque houve setores que conseguiram ter resultado positivo, como a indústria alimentícia, que teve alta de 3,3%, e a indústria farmacêutica, com 6,6% positivo.

Como se viu na divulgação do PIB, o agronegócio continua forte, aumentando as exportações. E, ao contrário do que pensa Ricardo Salles, não é aproveitando a distração da imprensa para passar a boiada. O agro que exporta sabe que tem

que seguir as normas ambientais e sanitárias se quiser continuar no mercado internacional.

Um levantamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) mostrou que a potência total instalada da fonte — se forem somadas as grandes usinas solares e os pequenos sistemas instalados em residências, comércio, indústrias, produtores rurais e prédios públicos — chegou a 5.764 MW. Se forem somadas as usinas mais poluentes, as que usam carvão, com as usinas nucleares, chega-se a 5.587 MW. No meio da crise que atingiu violentamente o setor de energia, o sol brilha.

O Brasil poderia estar pegando as poucas boas novas e implantando um plano de retomada, com segurança e, quando fosse possível, das atividades da economia. Poderia aproveitar a onda de solidariedade das empresas e a mobilização das pessoas para construir o impulso necessário para a superação.

Mas o país, machucado pela pandemia e abalado pela crise econômica, tem que revisitar batalhas que já venceu, defender valores que já consagrou, rediscutir o que está pactuado há três décadas. O governo abriu o baú dos horrores para lembrar que tudo sempre pode piorar. Que mesmo a democracia não está garantida.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/06/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Gasolina turbinada no Brasil

Entrará em vigor em agosto a norma da ANP que melhora a qualidade da gasolina. Emitirá menos poluentes e renderá mais km/Litro, uma espécie de gasolina comum turbinada.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/06/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Usinas esperam por justiça

Vital para a economia brasileira por gerar quase 2,5 milhões de empregos, o setor sucroalcooleiro está passando pela tempestade perfeita. Não bastassem a redução no consumo de etanol, por conta da pandemia do novo coronavírus, e a queda no preço da gasolina, que retira competitividade do combustível limpo e renovável, a cadeia sucoenergética corre o risco de perder uma

jurisprudência que vigora há 15 anos e garantiu indenização a várias usinas. Para discutir o futuro do segmento diante de mais uma crise, foi realizado, ontem, o Correio Talks: Covid-19 e as questões econômicas e jurídicas do setor sucroalcooleiro.

Segundo os especialistas que participaram do debate, não resta dúvidas de que o governo errou ao intervir e tabelar os preços do açúcar e do álcool na década de 1980 e, por isso, tem de pagar a conta. No entanto, apesar de a Justiça, em todas as instâncias, ter definido que houve dano, obrigando a União a indenizar as empresas prejudicadas, em um dos julgamentos, a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que era preciso mudar a fórmula de apurar tal prejuízo para calcular a indenização. A usina em questão, a Matary, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), que iniciou o julgamento este ano.

No Supremo, a decisão está em 3 a 2 em favor da empresa. Porém, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista e o processo pode voltar à pauta na sexta-feira ou na próxima semana. O problema cria mais uma insegurança jurídica ao setor, que foi prejudicado por políticas intervencionistas do Estado em vários governos.

O ex-ministro da Fazenda (1988 a 1990) Máílson da Nóbrega explicou que, quando começaram a aparecer sinais de descontrole da inflação, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) — autarquia da administração federal extinta no governo Fernando Collor — passou a controlar os preços do setor. Para o tabelamento, a Fundação Getulio Vargas (FGV) foi contratada para apurar os valores.

O IAA, contudo, tabelou os preços, arbitrariamente, com valor 20% inferior ao apurado pela FGV. “Os valores foram fixados abaixo até mesmo do custo de produção. Em 1989, as refinarias começaram a ganhar ações. E a forma de indenizar as usinas levava em conta o conceito econômico, usado tanto pelo governo quanto pela FGV para calcular os preços. Quando ministro da Fazenda, fui aconselhado, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a fazer um acordo formal”, contou.

“Recentemente, surgiu outro problema: a forma de indenizar as usinas deveria levar em conta o prejuízo contábil de cada uma das empresas. Isso é um absurdo”, destacou. Ao mudar a fórmula, a União pagaria apenas as usinas que tiveram perdas, mesmo que todas tenham sofrido dano. “O absurdo dessa decisão vai mais longe. No fundo, vai premiar a empresa ineficiente. Ganharia a indenização aquela que dá prejuízo, que foi mal gerida”, assinalou.

O cálculo pelo custo econômico vem sendo feito há 15 anos, desde uma decisão do STF de 2005. Cerca de 60% das ações transitadas em julgado seguem o critério de indenização definido pelo Supremo e 138 precatórios foram expedidos levando em consideração as regras vigentes. “Do total das usinas prejudicadas, 72% foram beneficiadas pelas decisões, representando 88% do valor envolvido. A AGU tem argumentado que o custo é de R\$ 70 bilhões, mas o que falta pagar são R\$ 8 bilhões. O que está em discussão são 12% do total”, destacou Mailson da Nóbrega.

Segurança

Para Grace Mendonça, ex-ministra da AGU, a questão central é a segurança jurídica. “A nossa Suprema Corte tem procurado trazer a segurança jurídica como valor inserido nas nossas relações. O STF tem buscado entregar confiança”, afirmou. Segundo ela, o ministro Celso de Mello, decano do Supremo, reafirma os precedentes que são exarados pela Corte. “Ele é categórico ao afirmar que, quando se está à frente de precedentes, a mensagem clara é de previsibilidade, de que as decisões futuras vão no mesmo sentido daquela”, sustentou.

Mendonça afirmou que o ministro acata a importância do precedente “para preservação da confiança do cidadão”. “Quando se tem o respeito ao precedente, respeita-se a ética da prática do Direito. E, neste caso do setor sucroenergético, a jurisprudência está consolidada há 15 anos. O primeiro precedente foi em 2005”, reforçou.

Grace Mendonça defendeu outros mecanismos de acordo para evitar a demora do sistema Judiciário. “Houve uma percepção da sociedade de que tem acesso à Justiça, de ver o Judiciário como uma instituição que pode ajudar seu problema”, disse. Isso, entretanto, abarrotou o sistema e o tempo médio de um processo na União, segundo ela, é de nove anos. “É preciso apostar em outros instrumentos e ferramentas capazes de pacificação social, porque a engrenagem da Justiça é cara”, lembrou. O custo é de 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto) e há mecanismos como a conciliação e a arbitragem. “Na AGU, tive oportunidade de viabilizar consenso em uma demanda de quase 30 anos”, assinalou, referindo-se aos processos sobre os planos econômicos.

O que eles disseram

“Do total das usinas prejudicadas, 72% foram beneficiadas pelas decisões, representando 88% do valor envolvido. A AGU tem argumentado que o custo é de R\$ 70 bilhões, mas o que falta pagar são R\$ 8 bilhões. O que está em

discussão

são 12% do total”

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda

“A jurisprudência reconhece o descompasso entre o preço tabelado e o estabelecido

pela FGV. Agora, há possibilidade de se ter indenização dos danos conforme o prejuízo contábil. A União corre o risco de indenizar valores muito além, mergulhando em território desconhecido”

Grace Mendonça, ex-ministra da AGU

“Se olharmos que cada processo vai implicar não sei quantos milhões aos cofres públicos, acaba o Direito. Isso é uma preocupação econômica, mas não pode ser jurídica. Se houve lesão, deve ser indenizada. Não se pode ‘financeirizar’ a análise jurídica para afastar o risco”

Fernando Skaff, professor de Direito Financeiro da USP

“A combinação de retração da demanda com preço em queda é muito ruim. Mas, como dizem os nordestinos, depois do tombo vem o coice. E, agora, o setor pode ser vítima de uma transformação de jurisprudência com terríveis efeitos para o mundo econômico e jurídico”

Evandro Gussi, presidente da Unica

Jurisprudência sofre ameaça

Não se pode “financeirizar” a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). O alerta é do advogado Fernando Facury Skaff, professor de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP), ao comentar a alegação da Advocacia-Geral da União (AGU) de que o custo para os cofres públicos, com as indenizações das usinas do setor sucroalcooleiro, pode chegar a R\$ 70 bilhões. “Se olharmos que cada processo vai implicar não sei quantos milhões aos cofres públicos, acaba o direito. Isso é uma preocupação econômica, mas não pode ser jurídica. Se houve lesão, deve ser indenizada. Não se pode ‘financeirizar’ a análise jurídica para afastar o risco”, defendeu.

Skaff foi didático ao explicar o erro cometido pelo governo ao congelar os preços do álcool e do açúcar nas décadas de 1980 e 1990. “Naquela época, vários setores tiveram congelamento e problemas decorrentes disso. O governo entendeu que isso deveria ocorrer, todavia, em muitas situações, gerou prejuízo para empresas”, lembrou. O especialista pontuou que o que gera debate jurídico envolvendo direito e economia é a responsabilidade do Estado por

intervenção no domínio econômico. “O Estado pode intervir, porém, pode ocorrer de gerar prejuízo para os agentes econômicos. E foi o que ocorreu com o setor sucroenergético naquela época.”

Como a venda de açúcar e álcool deveria ser tabelada, o governo contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para pesquisa de campo. “A FGV verificou o custo de produção e a margem de lucro mínimo necessário. O que fez o governo? Pegou o valor (hipotético) de 100 e disse: vou pagar 80. Isso ocorreu periodicamente durante muitos anos”, explicou Skaff. Desde o primeiro caso que chegou no STF, julgado em 2005, o precedente assentou posição de que houve dano e deveria ser indenizado. “Como deveria ser medido o dano? Pelos 20, que é diferença dos 100 que deveria ter sido o valor fixado menos os 80, preço efetivamente tabelado. O que as empresas buscam são esses 20, essa diferença hipotética”, esclareceu.

Segundo o professor, o artigo 37, no parágrafo 6º da Constituição Federal, estabelece que o Estado é obrigado a indenizar se causou prejuízo e deve fazê-lo no tamanho do dano. “É a relação de causa e efeito, sendo a causa o governo ter estabelecido o pagamento menor daquele que ele mesmo mandou apurar”, afirmou.

Para o especialista, a jurisprudência, que estabeleceu a fórmula de cálculo do dano, deve ser respeitada. No entanto, alertou que ela pode ser alterada, desde que haja fundada razão. “Não me parece que seja o caso, depois de 40 precedentes e diversos precatórios concedidos”, destacou. “Alguém poderia dizer que a FGV errou, contudo, foi contratada por mais de uma década. Se tivesse errado tanto, não teria ficado tanto tempo”, ponderou.

Skaff compartilha da mesma opinião da ex-ministra da AGU Grace Mendonça, de que se for feita uma revisão completa para o cálculo da indenização, a União poderá ter de pagar mais. “Se calcular lucros cessantes, danos emergentes e outras implicações, poderia gerar um impacto muito maior do que aquele que está sendo pedido”, disse.

Dirigente alerta sobre contradição

Se o Supremo Tribunal Federal (STF) entender que o cálculo das indenizações às usinas prejudicadas pelo tabelamento de preços nas décadas de 1980 e 1990 deve considerar o prejuízo contábil e não mais o custo econômico, a Justiça

criará duas classes de cidadãos, na opinião de Evandro Gussi, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). “Isso contraria o Estado de Direito”, sentenciou.

Segundo o dirigente, precatórios foram concedidos e ações julgadas por um critério. “Se mudar a jurisprudência, teremos duas classes de usinas. As que foram resguardadas pela jurisprudência do STF e as que não foram. Isso vai gerar dois tipos de agentes econômicos atingidos da mesma maneira na mesma época”, afirmou.

O que está por vir no julgamento do STF ameaça uma cadeia produtiva que se tornou um grande ativo do Brasil. Gussi lembrou que o setor sucroenergético surgiu por posição política e estratégica à época, com a crise do petróleo em 1973. “O governo brasileiro tomou uma decisão de não ficar dependente e criou o Pró-Álcool. Não se imaginava que seria tão bom e competente em relação ao meio ambiente”, destacou.

O etanol combustível é garantia para a qualidade do ar, pontuou o presidente da Unica. “Nova Delhi, capital da Índia, tem um índice médio de material particulado de 190 microgramas por metro cúbico (m³) de ar. A OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda que não passe de 25 por m³. Em São Paulo, são 16 microgramas por m³ e a razão determinante é a utilização do etanol, seja puro ou misturado na gasolina”, exemplificou.

Apesar disso, o setor sofreu várias crises. Gussi explicou que, no governo da ex-presidente Dilma, quando várias intervenções seguraram o preço da gasolina artificialmente, a competitividade do etanol foi destruída. “Quase uma centena de usinas fechou e outra centena foi para recuperação judicial”, lamentou. Mesmo assim, acrescentou o executivo, o setor se reconstruiu. O ano de 2020 prometia, com a entrada do Renovabio, programa que redobrou a aposta brasileira na energia renovável e na qualidade do ar. Porém, a segunda turbulência do século foi a pandemia do novo coronavírus, associada a um controle de preços do petróleo feito por sauditas e russos.

MME / ASCOM .